

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Folha de São Paulo* Class.: *03*

Data *14 de setembro de 1981* Pg.:

Diário de um médico na “Ferrovia do Diabo”

ORVALDO PERIN,
da Sucursal do Rio

Os poucos operários que hoje trabalham na restauração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no Território de Rondônia, por certo não devem conhecer a história de seus quase 30 mil colegas que, no início do século, construíram os 366 quilômetros da ferrovia. E as lendas que a velha estrada conservou ao longo dos anos também não lhes contam nada sobre um certo Osvaldo Gonçalves Cruz, que apesar de não ser engenheiro, pode ser considerado como um dos grandes responsáveis pela conclusão da estrada, desativada em 72 pelo governo federal.

É o homem era nada menos que o médico Osvaldo Cruz, um dos principais nomes da ciência brasileira, contratado a peso de contos-de-réis pela Madeira-Mamoré Railway para sanear o “inferno de pestes e doenças” que era a selva pela qual correriam os trens da “Ferrovia do Diabo”, entre Porto Velho e Guajará-Mirim. O contrato, é claro, surgiu a partir do nome que Osvaldo Cruz, um paulista de São Luís do Paraitinga, começava a ganhar internacionalmente como principal responsável pelo saneamento do Rio de Janeiro do princípio do século: uma cidade com comendadores de casaca e pince-nez na avenida Central (hoje, Rio Branco) e incontroláveis focos de epidemias nas baixadas e alagadiços.

Justamente as epidemias que estavam atrasando e encarecendo o cronograma e o custo da Madeira-Mamoré: impaludismo, beri-beri, disenteria, sarampo, pneumonia, malária, entre outras.

O trabalho de Osvaldo Cruz na estrada durou mais de 80 dias (de 16 de junho a 6 de setembro de 1910) mas sua participação na obra raramente é lembrada pelos historiadores. No entanto, não podia estar melhor documentada. Cuidadosamente guardados no Museu Osvaldo Cruz, (que funciona exatamente no pavilhão mourisco que o cientista construiu no Rio) estão dois cadernos de anotações totalmente preenchidos por ele durante sua atuação, com uma riqueza de detalhes digna de um historiador. Dos dois cadernos, ele retirou dados para produzir um relatório final sobre seu trabalho, apontando os problemas e indicando as soluções.

Depois de comprar uma garrafa-térmica, binóculos e um estetoscópio, numa loja da rua da Alfândega, 46, “especializada em artigos para viagens e expedições”, Osvaldo Cruz embarcou de navio, o “Rio de Janeiro”, que partiu do cais Pharoux (hoje Praça 15) no dia 16 de junho de 1910. “É um belo veleiro armado em galera”, explicou ele no caderno, fazendo até um desenho da embarcação.

No dia 19 de julho, fez a primeira escala, em Salvador, onde chegou a ser recebido por autoridades locais. Outras paradas aconteceram: em Recife (onde visitou as obras do porto), Fortaleza (onde chegou a indicar soluções para eliminar um foco de varíola) e Belém, em cujo porto o cientista trocou de barco, passando para o “Acre”, que o levaria até o destino final, numa viagem de 692 milhas, ou seja, quase 13 mil quilômetros, que duraram 24 dias.

Ao chegar a Porto Velho, em 10 de julho, Osvaldo Cruz não chegou a demonstrar espanto com a situação encontrada. Pelo contrário. Com base no know-how adquirido no Rio, pôs-se a trabalhar.

Seus cadernos, a partir dessa data, começaram então a registrar as medidas tomadas para sanear a estrada, já conhecida como “Ferrovia do Diabo”. O relatório final não chega a fixar o número de mortos durante a construção (número, aliás, sempre posto em dúvida) mas em suas anotações o cientista registrou as “baixas” dia-a-dia, durante todo o tempo em que lá esteve.

E a julgar por seus números, o total ficaria bastante aquém dos dez mil, 20 mil e até 30 mil mortos que os historiadores defendem. Em 1909, conforme levantamento de Osvaldo Cruz, a obra registrou perto de 350 doentes (318 com malária). No ano seguinte, quando ele lá esteve, o total subiu a 578 doentes (213 com malária) e um total de 34 mortos. O número de operários na obra neste ano foi de 4.510 homens.

“Ainda há malária por aqui”, escreveu ele, “porque ainda há recalitrantes e teimosos os surdos que não querem ouvir os conselhos dos médicos, repetidos a todos e a todos os instantes: tomar diariamente quinino e dormir sob mosquiteiros”.

Em seu acampamento, por sinal, Osvaldo Cruz dormia sob um mosquiteiro de cambrala. Para vencer a teimosia, o cientista chegou a condicionar o pagamento dos operários ao quinino: quem não tomasse, não recebia. Para cada grupo de 50 trabalhadores, havia um distribuidor do medicamento. O tratamento era um pouco melhor entre os “doentes de primeira classe”, formada por engenheiros, chefes de estação, escriturários e até maquinistas.

Conforme Osvaldo Cruz, os operários da ferrovia ocupavam cinco pavilhões (um de primeira classe) onde estendiam redes e se cobriam com os mosquiteiros, ferramenta indispensável no trabalho. “Era uma torre de Babel”, narra Osvaldo Cruz. “Brasileiros, portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, austríacos, polacos, russos, sírios e até chineses”, todos misturados e com inúmeros problemas de comunicação entre si. Esta chegou a ser tentada através de um jornalzinho em inglês, “The Porto Velho Marconigram”, cujo lema, em tom satírico, era o seguinte: “La vida sin literatura y quinina es muerte”.

O cientista não chegou a percorrer toda a ferrovia. Visitou-a até o km 113, quando teve oportunidade de saber também que ocorriam mortes decorrentes de encontros entre operários e índios, operários e animais e por ataques repentinos de legiões de mosquitos como borrachudos, mutucas, piuns e paratintins.

Todo o trabalho de Osvaldo Cruz, que faleceu sete anos depois (1917) em Petrópolis, RJ, aos 45 anos, está cuidadosamente guardado no museu que leva seu nome, cujo diretor, o museólogo Luís Fernando Fernandes Ribeiro, espera poder torná-lo público “de alguma forma, durante esse período de recuperação da Madeira-Mamoré”. A estrada já tem sete quilômetros em funcionamento e reativará outros 16 km, provavelmente este mês.



Osvaldo Cruz passou quase três meses na estrada de ferro Madeira-Mamoré, em 1910.

A selva, em cartas de amor

Além dos dois cadernos de anotações, a viagem de Osvaldo Cruz rendeu dez apaixonadas cartas do cientista à sua mulher, Emília da Fonseca Cruz, que ele chamava, carinhosamente, de Miloquinha. Ambos tiveram cinco filhos, todos já falecidos, e embora tenha procurado, o diretor do Museu Osvaldo Cruz não tem conseguido localizar nenhum neto do cientista, a fim de recolher “possíveis e novos detalhes sobre o trabalho na Madeira-Mamoré”.

Nas dez cartas, Osvaldo Cruz conta à mulher detalhes da viagem de ida e confortos e desconfortos da vida na selva. “Minha vida aqui é a seguinte”, contou ele numa delas. “Levanto-me às 6h da manhã e vou para o laboratório depois de ter tomado na cama uma xícara de leite. Às 7h e 1/2 tomo o primeiro almoço: café com leite, ovos, pão torrado. Vou para o laboratório e para as enfermarias e para a sala de autópsias. Almoçamos às 12 e meia. Volto para o serviço e trabalho até a hora do jantar, que é às 7 h. Depois do jantar ouço no Phonographo trechos de óperas e canções... americanas e depois vou jogar xadrez com o dr. Lavelace, médico em chefe, até 10 ou 11 horas da noite, quando nos recolhemos. Meu quarto está separado do exterior por três paredes de tela de arame.”

Contudo, segundo o museólogo Luís Fernandes Ribeiro, a carta mais apreciada pelos quase dois mil visitantes que o Museu Osvaldo Cruz recebe por mês, é uma na qual o cientista narra a lenda do uirapuru. Seu texto é o seguinte:

“Minha adorada Miloquinha. Há aqui no vale do Amazonas um Pequeno Pássaro que os índios denominam “uirapuru”, que significa “Pássaro encantado”. Este animalzinho, pequeno como uma cambaxirra, é raríssimo. Vive cantando escondido nas

frondes das castanheiras e de loiro-rosa. O canto desse Passarinho é tão melódico que todas as aves das circunvizinhanças acompanham-no, assim como as feras da região, que ficam todas em êxtase, ouvindo o mavioso canto da ave da fortuna e todos unidos porfiem em evitar-lhes o ataque dos abutres e outros inimigos.

“É o rei dos cantores das florestas amazônicas e o portador da eterna felicidade. Segundo os assertos das pagelaças, quem possuir uma Pena de “uirapuru” gozará da eterna felicidade e será sempre acompanhado da saúde, da virtude, de ouro edo bem-estar. Todos porfiem em Possuir o amuleto Portador da felicidade eterna, mas raros conseguem, porque o passarinho divino é raríssimo.

“Conheci pessoas aqui que passaram em vão a vida à procura duma Pena da avezinha sagrada. Quis a sorte que travasse eu relações com um rapaz, estudante de medicina, a quem a mãe, no meio das lágrimas de despedida, confiara ao filho querido, como reliquia de família, um “uirapuru” embalsamado em carajuru e conservado numa puçanga (pequena bolsa de couro). Este rapaz deu-me as penas do “uirapuru” que junto te envio e que são as mensageiras dos mais ardentes votos que faço para que Deus transforme em realidade a crença do gentio e que conceda à mais perfeita criatura que encontrei em minha vida, a efetividade dos favores que o índio atribui ao mimoso “uirapuru” e que se cifra na mais completa e ininterrupta felicidade.

“São estes os votos sinceros que com os mais efusivos beijos e com as mais pungentes saudades d’aqui te envio; quem, aqui se esforça para te trazer o último elemento que constitui a felicidade. O teu saudosíssimo Osvaldo.”

Para Grijalva, fantasma ajuda

Grijalva Hugo Farias, maranhense de 57 anos, pai de quatro filhos e avô de dois netos, já viu o fantasma do cientista Osvaldo Cruz, falecido há 64 anos. “Verdade. Ele me apareceu assim de repente, como um senhor de seus 50 anos, cabelos grisalhos, guarda-pó e sorrindo com simpatia. Fiquei emocionado. Tenho certeza de que era ele porque guardo a sua fisionomia desde os tempos em que era faxineiro e limpava todo dia seu busto aqui na Fundação.”

A aparição aconteceu em 75, no hall dos elevadores do Pavilhão Rockefeller, um dos muitos prédios que compõem a Fundação Osvaldo Cruz, no Rio, onde recentemente o presidente Figueiredo inaugurou mais um: o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. É onde Grijalva trabalha desde 72, agora como operador de máquinas e encarregado do arquivo morto.

“Sabe, quando cheguei do Maranhão, em 49, achava que esse prédio bonito fosse a casa da Princesa Isabel. E jurava comigo mesmo que um dia lá trabalhar nele. Quando consegui, foi sem contrato nenhum. Daí, passei a pedir para o espírito de Osvaldo Cruz me garantir aqui dentro. Ele me ajudou.

Grijalva, ou “seu” Hugo, como é chamado pelos colegas de trabalho, é torcedor do Vasco e mora em Caxias, na Baixada Fluminense. Para trabalhar, acorda antes das seis, diariamente, trazendo o almoço numa marmita. Às cinco da tarde, inicia a volta para casa, usando dois ônibus e o trem da Central. “Tenho boa saúde, graças a Deus. Sou católico praticante.”

Seu salário é de Cr\$ 26 mil mensais. Atualmente sempre que passapelo busto de Osvaldo Cruz, defronte ao Pavilhão de estilo mourisco onde está a sede da Fundação, ele fecha os olhos e só pede uma coisa: aumento. “O que ganho, não está dando pra viver direito”, ele diz.



“Seu” Hugo, sob o busto do “profetor”.